

PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE E AVALIAÇÃO EXTERNA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS IMPACTOS DO PRÊMIO ESCOLA NOTA 10

Larissa Cavalcanti de ALBUQUERQUE¹

Nathália Fernandes Egito ROCHA²

RESUMO: O estudo trata da temática de avaliação externa municipal, tendo como lócus da pesquisa uma escola que integra o polo três do município de João Pessoa - PB. Como questão norteadora, elencamos: “Quais os efeitos do prêmio Escola Nota 10 que podem contribuir para o adoecimento e desprofissionalização do trabalho docente?”. Delimitou-se, como problema de pesquisa, a relação entre a avaliação e o direito à educação pública e de qualidade, tendo como foco os educadores. O objetivo geral do artigo é analisar a influência da prova no cotidiano docente e os rebatimentos para o processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes. O percurso teórico-metodológico alicerça-se na abordagem qualitativa com base no ciclo de políticas de Stephen Ball (1992). Para o momento de coleta de dados, fizemos uso da observação sistemática, da entrevista semiestruturada e da análise documental. Os achados da pesquisa apontam para o que Ball (2001) chama de performatividade, ou seja, busca excessiva e pressão pelos resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação externa, Direito a educação, Docência.

ABSTRACT: The study deals with the theme of municipal external evaluation, having as a locus of the research a school that integrates polo three of the municipality of João Pessoa-PB. As a guiding question, we list: What are the effects of the School Note award that can contribute to the sickness and deprofessionalization of teaching work? The relation between evaluation and the right to public and quality education, focusing on educators, was delimited as a research problem. The general objective of the article is to analyze the influence of the test in the daily teaching and the refutations for its practice. The theoretical-methodological path is based on the qualitative approach based on the policy cycle of Stephen Ball. For the moment of data collection, we made use of systematic observation, semi-structured interview and documentary analysis.

KEYWORDS: External evaluation, Right to education, Teaching.

INTRODUÇÃO

O processo de avaliação é intrínseco ao ser humano, estamos o tempo todo fazendo apreciações que nos levam a escolhas. No caso específico da escola, essa é uma ação cotidiana. No entanto, ao tratarmos sobre as políticas de avaliação escolar, precisamos considerar “[...] um conjunto de problemáticas conceituais e um quadro de questões empíricas relacionadas com o surgimento de um novo paradigma de governo educacional” (BALL, 2001, p. 100). Referimo-nos à submissão da educação, cada vez mais fortalecida em um modelo de padrões e normatividades economicistas.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9.394/1996 orienta que os discentes da educação infantil sejam avaliados por meio do acompanhamento e do registro do

¹ Assistente social da rede municipal de educação de João Pessoa-PB, Especialista em Direitos Humanos, Econômicos e Sociais pela UFPB, Especialista em Gestão Pública Municipal pela UEPB e Mestre em Educação pela UFPB. E-mail: laalbuquerque13@hotmail.com

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - PPGE/UFPB. Mestre em Educação pelo PPGE/UFPB. Graduada em Pedagogia pela UFPB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares - GEPPC da UFPB. E-mail: nathaliafernandesufpb@gmail.com

desenvolvimento das crianças. Comportamento, atitude, oralidade, escrita, nada deve passar despercebido do olhar atento dos professores, que precisam aferir conceitos e/ou notas aos educandos. Por outro lado, ao mesmo tempo em que esses profissionais avaliam seus alunos, são avaliados por estes e pelos pais, gestores e demais profissionais da escola e instâncias superiores. Logo, notamos que estamos a todo instante sendo avaliados, mas a forma como se tem imposto, o processo avaliativo é marcado pelo controle nas instituições educacionais.

Ressaltamos que o ato de avaliar é importante e necessário para o ambiente escolar, pois é através deste que diagnosticamos, refletimos e replanejamos a prática profissional e o processo de ensino-aprendizagem. Porém, neste trabalho, problematizamos a operacionalização desse ato, geralmente permeado pela cobrança de resultados obtidos de forma irreflexiva, ocasionando, assim, prejuízo à prática e ao papel docente. O cotidiano escolar encontra-se impregnado desse controle, seja a nível federal, com a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e a Prova Brasil, seja a nível estadual, no caso da Paraíba, como os prêmios Escola de Valor e Mestres da Educação e, mais particularmente, no Município de João Pessoa, como o Prêmio Escola Nota 10. Compreendemos que tal processo vem redimensionando a prática pedagógica dos educadores, já que atender os critérios do prêmio culmina em bonificação salarial para os profissionais que atuam na escola.

A escola passa seguir as orientações externas nos aspectos administrativos, pedagógicos, físicos, estruturais e relacionais, deixando a avaliação como um processo final, ora a escola que preconizamos atenda para as dimensões éticas, simbólicas, políticas, sociais e pedagógicas para orientar sua prática, não ficando refém de um sistema de ideologia neoliberal, que enfatiza os resultados quantitativos sem considerar as expressões da questão social que atingem a maioria da população brasileira.

Nesse sentido, o presente trabalho propõe investigar a influência do prêmio no cotidiano docente e os rebatimentos para o processo de ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes. Como lócus da pesquisa, optamos por uma escola da rede municipal de João Pessoa - PB que integra o polo três, tendo, como justificativa, o fato de esta ser a única unidade de ensino que obteve sete vezes a nota máxima do teste. Pretendemos refletir e analisar a prática docente dos profissionais do 3º ao 5º ano no tocante ao preparo dos educandos para este tipo de avaliação.

Os objetivos dos estudos englobam: analisar o prêmio Escola Nota 10, ressaltando as características e influências do contexto macro político do campo da avaliação; Identificar os sentidos atribuídos pelos docentes à avaliação externa; investigar os efeitos repercutidos no trabalho pedagógico dos docentes de uma Escola Municipal de João Pessoa - PB;

O artigo contempla uma análise teórica sobre a avaliação externa, realizando uma interface com o prêmio Escola Nota 10. Em seguida, apresentaremos o percurso metodológico da pesquisa, finalizando com os resultados e discussões, considerações finais e as referências que nortearam a construção de nosso estudo.

AVALIAÇÃO EXTERNA: REFLEXÕES ACERCA DO PRÊMIO ESCOLA NOTA 10

Após a aprovação da Constituição Federal de 1988, iniciou-se um processo de desmantelamento das instituições estatais. Os governos pós-constituintes, particularmente o governo Fernando Henrique Cardoso, preceituou pela ideologia neoliberal e as políticas públicas de maneira geral foram engessadas do seu caráter público, ganhando notoriedade o incentivo à iniciativa privada. A reforma do Estado, em 1995, redimensionou setores, como de energia, telecomunicações e transportes.

Autores como Ball (2001) e Hypolito (2010) afirmam que o contexto em que as atuais políticas educacionais estão sendo gestadas tem por base de sustentação a globalização e o

neoliberalismo. Os efeitos desse “pacote” repercutem, sobretudo, no papel e nas ações do Estado, culminando em um processo de regulação social. O foco de tais reformas são o currículo, a gestão e o trabalho docente. É, portanto, neste caso, que é dada ênfase às estratégias de avaliação, caracteristicamente gerencialistas.

No que diz respeito à política educacional, vimos o crescimento da avaliação e da pressão do Estado nas escolas em busca de uma suposta qualidade educacional. Controle, responsabilização, eficiência, processos de fixação de metas, prêmio e dependência dos resultados são ideias que invadem o universo escolar (FREITAS, 2016). Este autor sinaliza que, com vários objetivos a serem trabalhados na educação básica, o processo de avaliação centra-se em competências e habilidades para o desenvolvimento do aluno. A escola é um local de relações e não apenas um espaço habitado. Testes são limitados e não contemplam a multiplicidade do âmbito escolar.

Tendo como norte a macropolítica educacional em seus ditames de avaliar em larga escala, a micropolítica municipal paraibana implantou, em 2008, o Prêmio Escola Nota 10, com o discurso de valorização docente e da educação. Tal condecoração foi criada na gestão do governador Ricardo Coutinho, por meio da Lei nº 11.607, que preconiza a elevação do nível de desempenho dos alunos da rede municipal. Como critérios, a referida lei elenca a frequência na formação continuada, avaliação da gestão escolar, avaliação da aprendizagem dos alunos e avaliação de projetos interdisciplinares. No ano de 2017, foi solicitado às unidades de ensino que os projetos interdisciplinares fossem voltados para área de leitura e escrita, tendo como foco autores paraibanos.

Vemos pelas normas do prêmio que toda a organização da escola encontra-se controlada pelos ditames externos, já que tanto a área pedagógica, quanto a área da gestão do espaço escolar encontram-se direcionadas a atender os indicadores, que buscam avaliar o nível das competências e habilidades dos discentes e dos profissionais que atuam no setor.

De acordo com Souza (2009), é preciso pensar sobre a quem a avaliação está a serviço, estando vinculada à regulação, ao controle do poder estatal, ao poder sobre os educadores, ao aumento da fiscalização, ou sendo realmente um mecanismo que permite identificar as debilidades e soluções. Ora, se o objetivo perpassa pela aprendizagem do educando, a melhor forma de avaliação é a pública e participativa. Mas, se a finalidade é aumentar o controle por parte do Estado na escola, a avaliação externa cumpre bem esse papel.

A discussão sobre a avaliação é marcada por fortes críticas dos profissionais da educação, já que estes se veem encurralados pelas diretrizes das instituições externas. Termos da lógica empresarial invadem a escola, como o cumprimento de prazos e o alcance de metas. Por outro lado, se entendemos a avaliação como um processo contínuo, sistemático e que contemple tanto os fatores internos à escola como os aspectos para além dos seus muros, resistimos e realizamos a práxis da nossa atuação. Quando refletimos e redimensionamos nossas ações para atender as demandas dos alunos, conseqüentemente tornamos o processo avaliativo como um fator de inclusão, já que este deixa de ser instrumento a serviço das imposições externas e passa ser uma ferramenta para melhorias do processo escolar.

Brandalise (2011) entende que a avaliação é uma análise crítica da realidade, instrumento valioso de informação, de demandas e de resignificação dos processos pedagógicos, contribuindo significativamente para a função estratégica de desenvolvimento da unidade de ensino e da gestão educacional. Dessa forma, podemos afirmar que, quando a avaliação está voltada para a realidade dos alunos, esta apresenta estratégias para as demandas dos discentes e contribuem para a construção do saber e para a formação do ser, enquanto cidadão de direitos e deveres em nossa sociedade. Quando realizamos a análise da conjuntura, enxergamos além das dificuldades apresentadas na sala de aula, compreendemos

esse sujeito em sua vida familiar, suas condições socioeconômicas e culturais, que sem dúvida refletem no dia a dia da sua trajetória escolar.

Parafraseando Souza (2005), podemos entender o quão importante é o processo avaliativo quando se está voltado para a aprendizagem dos educandos, pois através deste conseguimos diagnosticar o que sabem, o quanto sabem e quais as dificuldades e possibilidades para se avançar e romper os limites que impedem o desenvolvimento dos educandos. Contudo, o autor ressalta a necessidade da prática avaliativa ser algo coletivo, democrático, dialogado, que busque alternativas e que inclua a família nesse processo, reestruturando, assim, o espaço escolar, repensando os conteúdos, redimensionando a didática e, sobretudo, buscando compreender e promover as alternativas para os problemas sociais que transcendem a ação pedagógica da escola.

Podemos afirmar que o projeto político pedagógico da escola e os projetos interdisciplinares são elementos norteadores e promotores de resistência em meio às orientações externas quando trazemos as discussões para dentro da escola e articulamos a comunidade podemos juntos construir melhorias na vida dos educandos e de toda comunidade escolar. Souza (2009) salienta a predominância tecnicista e despolitizada na avaliação externa, que se configura de maneira verticalizada, haja vista a ausência de discussão dos atores envolvidos na política educacional. Sendo assim, compreendemos que a avaliação não está restrita ao terreno pedagógico, já que reflete as orientações dos governos, culminando em perda do diagnóstico da conjuntura a fim de quem mudanças sejam efetivadas, para tornar-se mecanismo de controle do Estado.

A discussão da avaliação perpassa pelo trabalho docente, já que são os educadores os “responsáveis” pelo processo avaliativo na sala de aula e, se pensarmos na lógica dos testes padronizados, são os “técnicos” que vão preparar os alunos para tirar boas notas nos exames. Sendo assim, é fundamental o debate sobre a prática docente e os rebatimentos da avaliação externa no cotidiano dos professores. No segundo momento do presente artigo, passaremos a explicitar a respeito do trabalho dos educadores e quais os impactos da avaliação no dia a dia da sala de aula.

PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE E AVALIAÇÃO EXTERNA: CAMINHOS POSSÍVEIS?

Como vimos, a sociedade em que vivemos está cada vez mais fundamentada no ideário neoliberal que busca, acima de tudo, o lucro. Para Ball (2005), esse quadro de reformas pode ser analisado a partir de três categorias: o mercado, a gestão e a performatividade. A lógica neoliberal não se restringe às mudanças e efeitos apenas de ordem econômica. Mas, sobretudo, nas subjetividades e papéis desenvolvidos pelos sujeitos nos espaços sociais e em nosso caso, na escola.

Ao se referir à categoria do mercado, Ball (2001) destaca, como afirmamos inicialmente, o interesse central dos ditames econômicos neoliberais: o lucro. Em contrapartida, a finalidade social da escola – a cidadania – cunha-se em uma perspectiva do direito. É aí que percebemos a contradição: fundamentada nessa lógica de mercado, as relações entre educação e lucro transformam o direito à educação em uma mercadoria, alcançada pelo mérito e útil para o mercado de acordo com suas próprias regras e normatizações.

No que tange a gestão, adota-se o modelo empresarial. O gestor assume o papel gerencial em que a eficiência e os resultados são os pilares da administração de qualidade. Por outro lado, considerando a categoria da performatividade, os professores são responsabilizados por esses resultados, a partir de uma avaliação de prestação de contas. Ainda segundo Ball (2001), os efeitos dessas questões nas escolas podem ser percebidos tanto na ordem

emocional (estresse, adoecimento, intensificação do trabalho, etc.), quanto na ordem ética (competitividade exacerbada, individualidade, burocratização e irreflexão).

Farber (1999) analisa que a desvalorização docente, seja através das cobranças, carga horária ou da desprofissionalização deste, é um fator importante para o desenvolvimento de doenças laborais. O trabalho docente, como em outras profissões, vive as contradições do capitalismo. O professor torna-se um elemento central no tocante ao aumento da qualidade do ensino, a este é atribuído o papel de preparar os alunos para processos seletivos e classificatórios. Bons professores são aqueles que apontam resultados de eficiência e eficácia, de acordo com os ditames neoliberais. Nessa lógica, a escola torna-se locus privilegiado desses conceitos empresariais, buscando a tão almejada qualidade de ensino, qualidade esta que está intrinsicamente ligada a dados quantitativos e a testes padronizados. Boas escolas são aquelas que possuem índices altos e que garantem a entrada dos jovens na universidade.

Dessa forma, buscamos, neste tópico, discutir a respeito da profissionalização do educador no seio da sociedade capitalista, fazendo uma interface com o processo de avaliação externa, particularmente a avaliação do prêmio Escola Nota 10, já que, dentre os critérios de tal condecoração, encontra-se a aplicação de uma prova de dez questões, sendo cinco de língua portuguesa e outras cinco de matemática. Observamos que o docente torna-se o agente responsável pela preparação dos educandos para o teste, sendo que o “fracasso” ou “sucesso” da turma na prova perpassa pela preparação ao teste.

De acordo com Oliveira (2004), as reformas em curso culminam na diminuição da autonomia docente. O Estado passa a exercer maior controle na sala de aula, inicialmente o controle foi realizado na área da gestão, mais vimos o crescimento do controle nos conteúdos, projetos e no material didático. A avaliação externa preconiza os assuntos de língua portuguesa e matemática, deixando de fora a diversidade de temas que são relevantes no processo de formação social dos educandos, sujeitando muitas vezes aos professores a priorizarem determinados assuntos ou conteúdos em detrimento de outros. Notamos que, de modo verticalizado, é imposto o que é importante para o aluno aprender e o que não é tão relevante. Nesse sentido, entendemos que essa não é uma seleção neutra, mas permeada pelos interesses e as relações de poder.

Kuenzer (2005) nos auxilia na compreensão do trabalho pedagógico no capitalismo. A autora afirma que este se constitui como um conjunto de práticas sociais sistematizadas que acontecem nas relações produtivas: apesar de ser umas das formas de construção do conhecimento, não deixa de se constituir no capitalismo, uma das formas de expressão. Assim, por mais que a prática docente possua autonomia, esta não se constitui de maneira efetiva, já que a orientação neoliberal nas políticas públicas e aqui especialmente na política educacional não assegura a autonomia dos trabalhadores de forma geral.

Parafraseando Kuenzer (2007), em todo processo contraditório existe espaço para movimentos emancipatórios. Todavia, vale ressaltar que a escola atende às demandas de valorização do capital, fortalecendo a capacitação ou disciplinamento da força de trabalho. Dessa forma, por mais que existam processos de autonomia e emancipação, não podemos desconsiderar as demandas do capitalismo e das organizações multilaterais na educação. A avaliação externa surge como mais uma forma de controlar o processo ensino-aprendizagem, e que sujeita os professores ao alcance de metas, principalmente se estes não possuírem um vínculo efetivo de trabalho. A profissionalização docente é perpassada, por melhorias nas condições de trabalho, nas condições salariais, na formação, na instituição de carreiras, dentre outros fatores.

Oliveira (2004) traz as discussões que tem ocorrido no cenário educacional sobre os processos de flexibilização e precarização das relações de emprego que chegam à escola. As

teses a respeito da desvalorização do trabalho docente, bem como sobre a desprofissionalização do magistério, continuam a resultar em estudos e pesquisas de carácter teórico e prático. A expansão da educação básica realizada sobrecarregará em grande medida os educadores. As reformas acabarão por determinar um redimensionamento do trabalho docente, resultante da junção de fatores que se farão presentes na organização do trabalho escolar, tendo como consequência maior a responsabilização dos professores. Portanto, as mudanças ocorridas no currículo, nos materiais didáticos, nas avaliações, implicam diretamente no trabalho do professor em sala de aula, este se vê refém das orientações, sendo que ocorre o aumento da cobrança nos professores para que estes atendam todos os objetivos e metas dos programas.

Fazendo um paralelo com o estudo que estamos realizando, notamos que a escola pesquisada busca atender às exigências do Estado controlador, no tocante ao acréscimo de índices como o IDEB, a ANA e o Escola Nota 10. Notamos que a escola, fruto da prática fragmentada, expressa e reproduz esta fragmentação, por meio de seus conteúdos e formas de organização. Capital e trabalho correspondem à substituição do trabalhador especializado pelo trabalhador multitarefa, nem sempre criativo e autônomo, mas executor de ações esvaziadas de conhecimento técnico e de compromisso político (KUENZER, 2005).

Nessa conjuntura, o que vemos são profissionais exaustos pelas problemáticas que cercam o ensino-aprendizagem e que sem dúvida afetam a construção do conhecimento de crianças e adolescentes: violência, má alimentação, drogas, gravidez precoce, falta de apoio familiar. Diante desse contexto, os educadores se veem muitas vezes sozinhos, não apenas na difícil tarefa de educar, mas, sobretudo neste artigo, na de atender aos padrões da avaliação externa municipal.

Dourado (2013) afirma que os profissionais da educação têm sua história marcada pela “secundarização” e pela “invisibilidade”. Observamos que a precarização dos vínculos empregatícios têm contribuído para subalternização do professor. Tais vínculos se expressam por meio da terceirização, da prestação de serviço, do contrato temporário, dentre outros, que prejudicam a autonomia do educador na escola. Ora, a profissionalidade do professor se expressa, objetiva e/ou subjetivamente, no compromisso com a educação e com a sociedade. Não se restringe às condições objetivas de trabalho, mas atrela-se à construção da identidade, nas suas dimensões intelectual, ética, política e cultural.

Em concordância com Dourado (2013), Oliveira (2013) afirma que cresce o número de estudos sobre a perda da autonomia docente, devido à precarização e às más condições do trabalho. Nos resultados deste estudo, apresentaremos os dados a respeito dos educadores da escola analisada. Desde já, salientamos que, dos quatorze professores das turmas da educação infantil ao 5º ano, apenas 3 professoras têm vínculo efetivo.

Finalizamos este tópico ressaltando que, enquanto não for superada a divisão entre capital e trabalho, o que produz relações sociais e produtivas que têm a intenção de valorização do capital, não existe a possibilidade de práticas pedagógicas autônomas e empoderadas, mas somente contraditórias, cuja direção depende das escolhas políticas da escola e dos trabalhadores da educação no processo de materialização do projeto político-pedagógico (KUENZER, 2005). No item que se segue, neste trabalho, trataremos o percurso metodológico da pesquisa, explicitando a respeito do local da pesquisa, objetivos e técnicas de coletas de dados, bem como a técnica para análise de dados.

ACHADOS INVESTIGATIVOS: ANÁLISES E REFLEXÕES

O percurso metodológico deste artigo fundamentou-se na abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. Como técnicas para coleta de dados, utilizamos a observação, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada. Consoante Brandalise (2011), as técnicas elencadas devem estar em conformidade com as dimensões e indicadores propostos no estudo. A autora afirma que nenhum instrumento é completo por si só, por esta razão se faz necessário escolher outras técnicas que se complementam. Conforme Yin (2015) o estudo de caso contribui para a compreensão dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos. Além disso, investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade, considerando seu contexto e contribui para a formação do pesquisador, já que enfoca temas em que o pesquisador tem pouco ou nenhum controle.

Em um primeiro momento, realizamos a observação da escola pesquisada, conhecendo seus espaços, seus atores e seus momentos de integração com a comunidade. Yin (2016) fala que a observação é um valioso instrumento para coletar dados, já que o que o pesquisador vê e sente, não sendo filtrado por aquilo que os outros falam. Assim, o ato de observar inclui as características de cada pessoa, as interações, as ações humanas ou mecânicas e as circunstâncias físicas.

No intuito de conhecermos a história da escola, seu corpo docente, discente e os dados de evasão e repetência, realizamos uma pesquisa documental no projeto político pedagógico da escola, nos projetos interdisciplinares e na instrução normativa da Secretaria de Educação e Cultura para as escolas. Nesse sentido, Yin (2016) afirma que os documentos, registros arquivais e artefatos contribuem para uma variedade de dados verbais, numéricos, gráficos e pictóricos.

Para fase de entrevistas, nossa intenção foi de realizá-las com as professoras das turmas do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, já que estas são as turmas que são avaliadas pelo prêmio Escola Nota 10. Optamos por realizar as entrevistas na própria escola, considerando a jornada dupla das professoras. Duarte (2002) nos auxilia nesta fase, alertando-nos a respeito dos registros em que o pesquisador deve fazer no tocante a anotar o modo como são concretizados os contatos com os sujeitos da pesquisa, registrando a forma como o entrevistador é recebido pelo entrevistado, sua disponibilidade para a concessão do depoimento, gestos, tom de voz e sinais corporais que devem ser analisados.

Ademais, Yin (2016) afirma que as entrevistas qualitativas tem o intuito de fazer o pesquisador compreender a conjuntura do sujeito da pesquisa, o que sem dúvida inclui esforços para dominar os significados das palavras e expressões dos pesquisados. A entrevista foi elaborada a partir de um roteiro de questões abertas que, conforme Duarte (2002), é um instrumento flexível e que está em constante revisão, na busca de atender os objetivos definidos na investigação.

Dessa forma, definimos como questão norteadora do estudo saber “Quais os efeitos do prêmio Escola Nota 10 que podem contribuir para o adoecimento e desprofissionalização do trabalho docente?”. Delimitamos como problema de pesquisa a relação entre avaliação e o direito à educação pública e de qualidade, tendo como foco os educadores.

As questões que nortearam a entrevista foram as seguintes: “Como você compreende o prêmio Escola Nota 10?”, “Em que medida você considera que a avaliação condiciona o seu trabalho?” e “Quais os efeitos negativos e positivos que você atribui ao programa em relação à sua saúde profissional e trabalho desenvolvido na escola?”.

Para dar conta dessas análises, utilizamos o ciclo de política de Ball e colaboradores (1992), o qual possibilita a articulação entre momentos de produção da política ainda no seu

estágio de idealização, a materialização da proposta no texto legal, a repercussão dessa política na prática, além de seus efeitos, resultados e estratégias.

Tal ferramenta considera e analisa a política em sua trajetória. Para Ball, trata-se de começar pelas realidades e sujeitos reais do contexto da prática, “[...] ao invés de adotarmos a linearidade simples de implementação como tal, de uma forma que extingue e apaga a criatividade dos atores políticos e o “desenvolvimento” destes atores” (AVELAR, 2015, p. 7).

Nessa lógica, a política passa a não ser considerada como documento ou algo estático e materializado, mas se torna uma entidade social que se encontra em constante movimento. Dessa forma, o autor, pensando sobre os contextos da política, afirma que é através do contexto da influência, o contexto da produção do texto e o contexto da prática que se torna possível perceber como as políticas podem ser coisas diferentes nestes diferentes contextos, embora sejam em grande parte descobertas simples.

O CICLO DE POLÍTICAS E A ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO

Neste artigo, a política da Escola Nota 10 foi compreendida “como um processo contínuo” e, por isso, foi vista “[...] como multifacetada, com arenas políticas inter-relacionadas” (BALL et al., 1992, p. 63). Sendo assim, buscamos apresentar e analisar, de forma sistemática, os dados coletados com base em nossos objetivos, a partir dos contextos do ciclo de políticas. Algumas problematizações nos guiaram nessa tessitura: Quais as macros influências da política de avaliação da Escola Nota 10? Quais são os sentidos da política da Escola Nota 10 materializados nos documentos referentes? Como essa política chega à escola? Como os profissionais a vêm e a interpretam? E finalmente, quais os efeitos dessa política que podem ser identificados no trabalho dos professores?

Distribuímos alguns achados da pesquisa em formato de tabela com a pretensão de organizá-los e apresentá-los de forma clara. No entanto, não intencionamos considerar ou defender que esses dados devem ser visualizados e compreendidos de forma estancada ou linear. Eles são, na verdade, relacionados e imbricados.

Ao longo da síntese que elaboramos através deste artigo, foi possível identificar que políticas de avaliação, como a Escola Nota 10, são desdobramentos de concepções políticas macrossociais. Com base nos textos de Ball (1992) e Mainardes (2006), podemos perceber que o contexto de influência da política de avaliação em questão, isto é, o momento em que os significados da política estão sendo disputados e definidos, refere-se ao ideário neoliberal e à concepção gerencial e tecnicista da administração escolar, além dos efeitos e intenções próprios do fenômeno da globalização.

No que se refere ao contexto de produção de texto, ocasião em que a política adquire a linguagem do interesse público mais geral, o prêmio da Escola Nota 10, através da Lei nº 11.607, de 2008, é defendido pelos legisladores como um mecanismo de elevação do nível de desempenho dos alunos da rede municipal. Por outro lado, a lei supracitada focaliza quatro aspectos, ou seja, critérios para alcançar o prêmio em questão: a frequência na formação continuada; avaliação da gestão escolar; avaliação da aprendizagem dos alunos e avaliação de projetos interdisciplinares.

Assim sendo, destacamos que, no texto da política, o sentido que assume tônica é o da qualidade total (GENTILI, 1994). Para o autor, com base no enfoque neoliberal, esse padrão exigido implica a definição de critérios, baseados na lógica produtivista e mercantil. Assim sendo, são incorporadas às práticas pedagógicas estratégias e objetivos próprios da organização do processo produtivo empresarial. O ponto central e problemático desta definição é substituir a discussão com base em questões políticas e sociais por resoluções de cunho técnico e administrativo.

Seguindo a trajetória do debate acerca da política e assumindo a concepção de que a política é desenvolvida na prática, onde está sujeita à interpretação e recriação, buscamos identificar e analisar qual a percepção dos professores (as) do contexto das escolas sobre a política do prêmio da Escola Nota 10. Nosso interesse foi de investigar quais os sentidos que esses profissionais atribuíam ao prêmio. De outra perspectiva, também interessamo-nos em destacar algumas características particulares desses docentes investigados a fim de buscar relacioná-las à problemática mais ampla deste trabalho. Esses dados serão apresentados na tabela a seguir.

Tabela 1: Características dos sujeitos da pesquisa e a percepção destes sobre a política do Escola Nota 10.

Docente entrevistado	Tempo de trabalho docente	Tempo de trabalho na escola em questão	Vínculo empregatício	Percepção sobre o prêmio Escola Nota 10
P1	12 anos	7 anos	Prestador de serviço	<i>"Importante para a cidade de João Pessoa, porém distante da realidade das salas de aula, onde avalia o aluno, por apenas um critério".</i>
P2	37 anos	4 anos	Prestador de serviço	<i>"Como uma compensação por todo esforço pedagógico de forma individual e especialmente coletiva, visando a aprendizagem do aluno, e sua formação como cidadão".</i>
P3	20 anos	5 anos	Concursado	<i>"O prêmio é um incentivo ao professor e a toda equipe pedagógica da escola, no sentido de melhorar a qualidade e o desempenho de todos".</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Identificamos, a partir dos dados apresentados, que o P1 apesar de ter o menor tempo de experiência na atuação docente ao longo da vida, apresenta uma afirmação que se distingue dos demais. Enquanto ele atribui importância ao diagnóstico da avaliação externa, mas problematiza os critérios e a operacionalização da política na prática, os demais sujeitos entrevistados (P2 e P3) atribuem à política os mesmos sentidos defendidos pelo discurso macro da qualidade e da meritocracia.

Ademais, como ênfase principal desta investigação, buscamos identificar os efeitos da política da Escola Nota 10 no trabalho docente. Objetivamos perceber em que medida o prêmio pode condicionar o trabalho desenvolvido na escola, de modo geral, e nas práticas didático-pedagógicas, de modo específico. Também investigamos quais são os efeitos identificados pelos próprios profissionais que sentem e desenvolvem suas práticas educativas permeadas pela política analisada. Esses dados serão listados a seguir.

Tabela 2: Efeitos atribuídos pelos docentes.

Docente entrevistado	Em que medida você considera que a avaliação condiciona o seu trabalho?	Quais os efeitos negativos e positivos que você atribui à avaliação em relação à sua saúde profissional e trabalho desenvolvido na escola?
P1	<i>“Condiciona na prática de atividades que exista o gabarito e as alternativas”.</i>	<i>“Efeitos negativos: pressão excessiva em tirar 10. Efeitos positivos: o alcance da nota no valor máximo que traz um bem-estar maravilhoso, junto com a alegria e o valor do trabalho realizado com sucesso”.</i>
P2	<i>“Ampliando o nosso olhar para quaisquer detalhes ou algo que ainda não vimos, mas é fundamental aprender”.</i>	<i>“Efeitos negativos: quando não temos tempo para ir ao médico e ou até mesmo procurar algum especialista para compartilhar quaisquer angústias, sejam profissionais ou não. Efeitos positivos: quando somos ouvidos e atendidos”.</i>
P3	<i>“A avaliação condiciona no sentido de querer aprimorar a minha prática cada dia mais”.</i>	<i>“Destaco como positivo a busca do aperfeiçoamento profissional e como negativo a perda da sensatez em direcionar a prática para atender as exigências do prêmio”.</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No que tange às questões referentes aos efeitos da política do prêmio Escola Nota 10 no trabalho, na saúde na prática escolar dos docentes entrevistados, percebemos mais uma vez o posicionamento crítico do docente P1 e a afirmação de que, apesar dos resultados positivos gerarem certa satisfação, a política resulta em pressão e condicionamento da autonomia na proposição das atividades desenvolvidas em sala. Por outro lado, os docentes P2 e P3 contradizem-se quando, ao afirmarem que o prêmio é fundamental para a melhoria de suas práticas, destacam que vêm cumprindo as necessidades da avaliação externa em detrimento da necessidade concreta da escola. Além disso, pontua-se enquanto um efeito da política a intensificação da carga de trabalho.

Sendo assim, apesar de ser possível identificar a reprodução de um discurso neoliberal, os docentes entrevistados destacam como efeitos do prêmio, sobretudo, a renúncia de suas propostas pedagógicas e curriculares para atender às exigências da avaliação externa, a pressão pelos resultados (o que nomeamos inicialmente como performatividade) e a intensificação e/ou racionalização do trabalho na escola.

Percebemos, assim como assinala Carlotto (2002) que a partir dos dados coletados que tais demandas adicionaram pressões aos educadores impactando, sobretudo, a organização do trabalho docente. Entendemos que o adoecimento ou os efeitos da performatividade repercutem no papel desenvolvido nas escolas e a carga das expectativas projetadas sobre eles, acarretando uma série de comprometimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso interesse pela pesquisa em questão e a iniciativa da construção do presente artigo se dá pela importância da discussão a respeito da profissionalização docente e os impactos da avaliação externa municipal no exercício do educador, como também a relevância de pesquisas sobre a temática em tela para as melhorias das condições de trabalho do professor. Enquanto profissionais da área educacional, observamos e vivenciamos as tensões e exigências para se alcançar as metas nas avaliações. Apesar dos inúmeros trabalhos desenvolvidos em torno das políticas de avaliação externa, ressaltamos a necessidade e relevância de identificar e analisar em espaços micropolíticos as repercussões e desdobramentos destas, sobretudo no que se refere ao papel e profissão docente. Não pretendemos esgotar a discussão ou termos a pretensão de que demos conta de apontar todas as questões pertinentes à problemática. Mas, estamos certas de que nosso trabalho pode contribuir para a reflexão e a propositura de novas problematizações a fim de nos aproximarmos dos interesses e objetivos sociais da educação.

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p. 99-116, jul./dez./2001. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org 99>. Acesso em: jul./2016. ISSN 1645-1384
- BALL, Stephen. **La micropolítica de la escuela**: hacia una teoría de la organización escolar. S.A. Barcelona: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Ediciones Paidós Ibérica, 1987.
- BALL, Stephen. **Performatividades e Fabricações na Economia Educacional**: rumo a uma sociedade performativa. Educação e realidade. 35 (2), p. 37-55, maio/ago. 2010.
- BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools**: case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.
- BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Avaliação institucional da escola**: conceitos, contextos e práticas. Disponível: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0398.pdf>> Acesso em: 20 de mar. de 2018.
- CARLOTTO, M. S. A síndrome de Burnout e o trabalho docente. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2002
- DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**. Curitiba, n.24, p.213-225, 2004. Editora UFPR.
- DOURADO, Luís Fernando. Mundialização, políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **I Congresso Ibero-Brasileiro de Política e Administração da Educação**. 2010.
- FARBER, B. A. **inconsequentiality - the key to understanding teacher burnout**. In: VANDERBERGUE, R.; HUBERMAN, M. A. (Eds.). *Understanding and preventing teacher burnout: a source book of international practice and research*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 159-165.
- GENTILI, P. A. A. (1994). O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional. Em: Gentili, P.A.A. & Silva, T.T. (orgs.) **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação - Visões Críticas**. Petrópolis, RJ: Vozes: p. 111-178.
- HYPOLITO, Álvaro. Políticas, Estado e Regulação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out.-dez. 2010 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/15.pdf>.
- KUENZER, Acacia Zeneida. **Da dualidade assumida à dualidade negada**: o discurso da flexibilização justificada a inclusão excedente. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007.
- LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
- OLIVEIRA, Dalila. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**. Campinas, Volume nº 25, 89, p;1127-1144, set/dez. 2004.

_____. As políticas de formação e a crise da profissionalização docente: por onde passa a valorização? **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, p. 51-74, maio/ago. 2013.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 3.ed. Tradução Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

Recebido em 05-05-2018.

Aceito em 06-08-2018.